

O «ESTADO DA ARTE»: OS ESTUDOS LITERÁRIOS EM FORMA DE DICIONÁRIO/ENCICLOPÉDIA

Rosa Maria Goulart

Universidade dos Açores

Num tempo em que tanto se fala de crise (crise da literatura, do ensino da literatura, das Humanidades, da Universidade enquanto lugar de transmissão de um saber especializado), proliferam sinais contraditórios a dizer de uma intensa actividade intelectual e institucional. Atestam-no o notável labor da instituição literária, com todos os mecanismos atinentes à produção, edição, divulgação e comercialização do livro bem como o avultado número de publicações de textos literários, mas também de crítica, teoria e história literárias.

É normal ouvir-se também dizer que esta «retórica da crise» não é apenas de hoje, aceitando-se então que as crises sempre têm acompanhado o avanço das civilizações, o progresso do conhecimento e a maturação das instituições. O que, porém, o nosso tempo nos diz, talvez com inusitada premência, é que a consciência do estado actual da questão supedita a necessidade de uma profunda reflexão sobre o assunto, através de instrumentos que a registem por escrito em dois sentidos: um, de informação (às vezes de divulgação) de um saber que se acha dever difundir; outro, de mostra da evolução do mesmo como sinal de que os balanços e as mudanças necessitam de ficar ditos em letra de forma para que se não desvançam na memória do quotidiano.

Nesse sentido, e, no respeitante aos estudos literários, o século XX constituiu um período fecundo de reflexão, quer pelas perspectivas novas que abriu desde as primeiras décadas, quer pelas posições contraditórias que suscitou, quer ainda pela oferta que proporcionou, nas últimas duas décadas do mesmo século, de reflexões que constituíram frutuosa balanços sobre as mais influentes correntes teóricas do arco temporal por ele abrangido.

O caso português, não podendo ser imune àquilo que no exterior se ia passando, revela uma assimilação e uma aplicação ao estudo da literatura das correntes teórico-críticas então vigentes, num visível esforço de ir acompanhando o que a cena internacional trazia de novo. É ele traduzido tanto nos programas universitários e sua concretização como nos abundantes textos escritos e publicados, quase sempre no seio da Academia. Seguindo aqueles textos motivações diversas, é também esperável, como aconteceu, que eles sejam de vária índole (publicações em livro, em actas de colóquios ou congressos, artigos em revistas da especialidade), ainda quando o objectivo seria apresentar o estado mais avançado da questão.

Um caso particular, e de notável fortuna ao longo da segunda metade do século em apreço, é o dos dicionários genericamente designados de literatura, mas que se foram tornando cada vez mais dicionários de «estudos literários». Instrumento de trabalho de características específicas, a que subjaz uma evidente intenção didáctica, eles ocupam no meio literário um lugar que o distingue das demais publicações especializadas.

Cabe apenas aqui uma análise dos vários dicionários de literatura publicados ao longo do século, que são uma boa amostra das perspectivas teóricas e críticas que os enformavam e deixam, assim, perceber os projectos que lhes estariam subjacentes. Não se pretende uma exaustividade que assinalasse todos os pequenos dicionários surgidos no século passado ou primeiros anos do século XXI, como sejam os

mencionados por Ernesto Rodrigues no texto que assinala os 50 anos do *Dicionário de Literatura* organizado por Jacinto do Prado Coelho. Não se reportando apenas a esse dicionário pioneiro, embora faça dele o centro da sua reflexão, aquele autor acaba por rastrear os publicados nos anos mais recentes, sem deixar de observar que nem todos deslocam verdadeiramente o conhecimento literário. Não esqueçamos, todavia, que apesar da reduzida dimensão material dos mesmos ou da sua escassa projecção no meio literário eles podem, uma ou outra vez, adicionar alguma informação ao assunto que nos interessa. Está neste caso, por exemplo, o *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, da responsabilidade de Zília Osório de Castro e de João Esteves (Livros Horizonte, 2005), cujo título já aponta para um novo modo de olhar a literatura e para o significativo espaço conquistado pelos estudos de género na cena literário-cultural da actualidade.

O dirigido pelo Professor Jacinto do Prado Coelho, que foi, durante muito tempo, a obra de referência para todos os estudiosos, com a particularidade de ser extensivo à literatura galega e brasileira e, numa segunda edição, à estilística, obedece a uma planificação que privilegia obras e autores, mas se alarga ainda a verbetes de feição teórico-crítica, como são os referentes à versificação ou aos géneros literários.

Correspondendo àquilo que se espera de um dicionário desta natureza, também este conheceu uma posterior actualização, justificada pela distância entre a primeira edição e os avanços dos Estudos Literários ao longo do século XX, de que ele terá sido um fino observador enquanto durou a sua vida de Professor universitário e de crítico literário inteligente, ponderado e muito bem informado.

Já depois do de Jacinto do Prado Coelho, o *Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, dirigido por João José Cochofel e publicado em 1977, teria, certamente, por aquilo que prometia, sido um importante indicador das tendências críticas e teóri-

cas da altura. Não tendo passado do primeiro volume pela incapacidade de o autor levar a cabo a tarefa que se propunha (ficou-se pela letra B.), ele trazia na sua intenção, e relativamente ao organizado por Jacinto do Prado Coelho, uma novidade de monta, a inclusão de «Teoria da Literatura» onde no anterior tínhamos «Estilística».

Condicionado pelo tempo do seu aparecimento e pela sua curta duração, *O Grande Dicionário da Literatura Portuguesa e de Teoria Literária*, nesta mostra que, infelizmente, não pôde ter continuidade, não chega propriamente a contemplar em profundidade o segundo binómio do seu projecto, limitando-se quase simplesmente a ser um dicionário de literatura portuguesa. Teria sido interessante poder acompanhar a continuação para ver que rumos seguiria no campo da teoria, numa década que representou uma importante viragem nos estudos literários. A própria colaboração, que conta já com nomes consagrados, ou que viriam a sê-lo, da nossa cultura ou da literatura do séc. XX, aponta o rumo desse primeiro volume. É sobretudo constituída por críticos, escritores e ensaístas, figurando já aí os nomes de Eduardo Lourenço, de Maria Helena da Rocha Pereira, de Maria de Lourdes Belchior, de Hernâni Cidade, de Cleonice Berardinelli, de Maria Lúcia Lepecki, de Manuel Rodrigues Lapa, do próprio Jacinto do Prado Coelho, etc. Não figuram nomes que mais tarde a teoria da literatura haveria de consagrar, nomeadamente o de Aguiar e Silva, com a primeira edição da sua *Teoria da Literatura* datada de 1967. Carlos Reis, que começou a sua carreira académica na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1974, também não poderia ainda dar o seu contributo, nem figura o nome de David Mourão-Ferreira, que, praticamente, inaugurou a disciplina de Teoria da Literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

É, enfim, um dicionário que surge como uma promessa que as vicissitudes da vida não permitiram que se cumprisse, mas que deixa do seu coordenador a ideia de que estava atento ao presente e às

mudanças que se vinham operando no campo dos estudos literários e no ensino universitário. Como promessa, deixa, apesar de tudo, vislumbrar a sua inclinação, quando algum tema teórico (compreensivelmente raros) cai no âmbito das entradas contempladas. Sirva de exemplo o «Autor», verbete redigido por Eduarda Dionísio e que, com notório rigor académico, acusa uma actualização teórica de quem está, até pelas referências bibliográficas, a par das mais recentes teorias sobre o assunto e as aplica criteriosamente a autores portugueses, a começar por Almeida Garrett.

Da mesma década, e bem significativo do estado dos estudos narratológicos de então, está o *Dicionário de Narratologia* de dupla autoria na organização e na escrita das entradas. Ao contrário dos outros aqui em apreço, não é um dicionário resultante de solicitada colaboração a colaboradores vários; corresponde antes a um projecto diferente em que um especialista em teoria da literatura, Carlos Reis, escolhe como co-autora Ana Cristina Macário Lopes, que terá dado o seu contributo nas entradas mais directamente ligadas ao texto narrativo abordado na óptica dos estudos linguísticos. Pode dizer-se que, enriquecendo o seu projecto com a colaboração daquela professora de Linguística, Carlos Reis dá continuidade e sistematização em forma dicionarizada a instrumentos de trabalho já anteriormente colocados à disposição dos alunos de nível propedêutico, com o seu *Técnicas de Análise Textual*, cuja primeira edição data de 1976, e que funcionou durante um razoável lapso temporal como guia de análise textual para os alunos de Introdução aos Estudos Literários. Mais tarde, em *O Conhecimento da Literatura* (1995), essa linha de trabalho será revista, actualizada e aumentada com nova informação.

O *Dicionário de Narratologia*, como o próprio título indica, nasce na sequência dos estudos do texto narrativo em vigor na segunda metade do século passado, com destaque para as décadas de 60 e 70,

e é, ao mesmo tempo, indicativo da orientação dos estudos teóricos no respeitante à análise do texto narrativo e bem assim às categorias narratológicas. Noções como as de narrador e de narratário, de focalização, de registos do discurso (inspirados nas formulações de Todorov, «les registres de la parole», *Poétique*), níveis narrativos, «cronótopo», de bachtiniana proveniência, sinalizam o tempo em que este dicionário terá vindo a lume bem como as linhas de investigação então dominantes.

Enunciando na introdução, como normalmente acontece, os seus objectivos, de carácter mais descritivo do que avaliativo, ele rejeita à partida atitudes selectivas ou a adopção de um paradigma teórico-metodológico dominante ou exclusivo assim como a tentativa da «harmonização forçada de conceitos ou estratégias metodológicas provenientes de áreas teóricas diversas» (Reis e Lopes, 1987: 7), embora sem deixar de assinalar os autores que nas definições registadas se projectam.

O *Dicionário do Romantismo Literário Português*, coordenado por Helena Carvalhão Buescu (Buescu, 1997), segue outra orientação. Não inclui, como fazem outros, nomeadamente o de Jacinto do Prado Coelho, verbetes autónomos para as obras literárias. A justificação, compreensível, é dada pela autora na introdução, a saber: a sua inexequibilidade, devido à elevada quantidade de entradas que isso implicaria. É essa perda compensada com o notável desenvolvimento de certos verbetes referentes aos autores mais significativos, como é o caso de Almeida Garrett, escrito por Ofélia Paiva Monteiro, precisamente aquele que a organizadora do volume invoca como exemplo.

Trata-se de um dicionário publicado num tempo em que os estudos literários haviam adquirido um elevado grau de maturação e de consistência teórico-crítica, o qual reúne uma componente histórico-literária – e, pela sua própria natureza, obviamente periodológica –, uma componente moderadamente crítica, como é próprio de um

trabalho desta natureza, e uma componente assumidamente teórica, como comprovam as entradas referentes aos géneros literários, ao romance, à novela, ao conto, às próprias teorias literárias no Romantismo. Resta acrescentar que todos eles vêm cientificamente sancionados pelos próprios nomes dos autores que os assinam: Vítor Aguiar e Silva para «Teorias Literárias» (no Romantismo), Maria de Lurdes Ferraz para «Crítica e História Literária», Óscar Lopes para «Lirismo», Helena Carvalhão Buescu para «Descrição», Carlos Reis para «Narrativa de viagens», etc.

Se este dicionário, embora mostrando olhares diversos, não deixa de reflectir, de certo modo, a orientação que lhes foi dada pela respectiva organizadora, será ainda de pensar que, neste caso, ela está particularmente evidente quer na selecção dos conteúdos quer dos colaboradores. Revela ainda, no final do século XX, uma revalorização de posições teórico-críticas que se escoram numa sólida informação histórico-literária, o que permite inferir de uma localização espaço-temporal pós-formalismo e pós-estruturalismo. Traduz ainda, sem dúvida, uma visão não restritiva dos estudos literários, abrindo-os a perspectivas diversas e a abordagens complexas, acusando a vontade de integrar devidamente o fenómeno literário no respectivo contexto histórico-cultural, mas incorporando ainda uma vertente mais teórica do que em anos anteriores acontecia sobre os temas e autores tratados.

Como reconhece Helena Buescu, a actual complexidade dos estudos literários torna cada vez mais problemática a elaboração de um dicionário com estas características, sendo múltiplos os problemas que importa, se não resolver, pelo menos minimizar, a começar pelo critério da ordem alfabética e passando por outros, entre os quais o da decisão de não incluir verbetes autónomos para os títulos das obras indicadas, informação que irá sendo veiculada noutras entradas. Há, por outro lado, na ênfase posta em linhas temáticas,

uma preocupação em suscitar cruzamentos que permitem tanto um alargamento de ordem histórico-literária que extravasa, em termos cronológicos, o período em causa e respectivos autores como o estabelecimento de inter-relações de carácter periodológico que justificam, por ex., que sejam convocados autores como Eça de Queirós ou Cesário Verde.

As «Palavras Prévias» convidam, assim, como é hábito em publicações desta natureza, o leitor a uma metodologia de leitura que o predispõe quer a aceitar a proposta apresentada quer a compreender a sua estrutura necessariamente lacunar e aberta a futuras actualizações e revisões, como é ainda assinalado, mas também, e principalmente, a fazer da obra um denso e útil instrumento de trabalho.

De assinalar, neste projecto de condensação de um período tão rico, como é o Romantismo Literário Português, num único volume, os textos de maior dimensão ensaística que se intercalam entre muitos outros verbetes mais condizentes com uma entrada de dicionário num sentido mais tradicional. São exemplos o dedicado ao lirismo, escrito por Óscar Lopes, o de Ofélia Paiva Monteiro sobre Almeida Garrett ou sobre «Camões (na Literatura Romântica Portuguesa)», o escrito por Helena Carvalhão Buescu sobre o «autor textual» ou o de Maria de Lurdes Ferraz sobre Camilo.

A linguagem teórico-crítica dessas entradas bem como os conceitos histórico-literários utilizados constituem exemplo tanto do avanço dos estudos literários no final do séc. XX como do entendimento que tem a sua organizadora do fenómeno literário: um compromisso entre a visão histórica, que restitui, como ponto de partida, autores e obras aos respectivos contextos originais de produção e as mais frutuosas aquisições da teoria literária do séc. XX. Porque o tempo da euforia formalista e estruturalista havia sido ultrapassado, nota-se uma depuração de excessos e uma atitude de moderação e bom senso crítico.

Da mesma década, e publicado apenas um ano antes, é o *Dicionário de Literatura Portuguesa*, organizado e dirigido por Álvaro Manuel Machado (Machado, 1996), onde estão representados vários dos autores que assinam entradas no dicionário do Romantismo, o que significa a distribuição dos verbetes por aqueles que são considerados das vozes mais autorizadas sobre determinados autores ou períodos literários (Ofélia Paiva Monteiro para o Romantismo, Carlos Reis para Eça de Queirós, Pedro Ferré para a poesia lírica galego-portuguesa, Luís de Sousa Rebelo para o Renascimento, etc.).

Insinuando a «modéstia» dos seus propósitos, Álvaro Manuel Machado declara a utilidade do mesmo como uma espécie de «serviço público» ou de «dever cívico», donde estará, portanto, ausente uma pretensão de originalidade. Diremos, neste caso, que ele está mais preocupado com esse trabalho colectivo de «serviço à comunidade» do que em registar a última palavra sobre o «estado da arte». Mas convocando os autores que convocou, seria também de esperar que esse estado estivesse implicitamente contemplado nos verbetes que o compõem. Basta-nos comparar o trabalho de um mesmo colaborador num e noutro dicionário para percebermos que o objectivo da «Apresentação» não constitui propriamente preceito para cada um dos respectivos colaboradores, a não ser, talvez, pela limitação espacial que em obras desta natureza costuma ser imposta e que as dimensões desta certamente terão aconselhado.

Pretendendo, aliás, uma «análise rigorosa», empreendida por especialistas reconhecidos, visa a «máxima informação num mínimo de espaço», sobrepondo-se, assim, avisa ainda Álvaro Manuel Machado «quer à evocação biográfica quer, por outro, à divagação (termo que nos merece algumas reservas) ensaística ou à especulação teórico-crítica». Tal não obsta, porém, a que sejam incluídos verbetes de considerável desenvolvimento e extensão, como os do próprio organizador sobre Raul Brandão ou sobre Gomes Leal, de

Justino Mendes de Almeida sobre Camões, de José Augusto França sobre Camilo ou de Pedro Ferré sobre o *Romanceiro* ou sobre a Poesia Galaico-Portuguesa.

De propósitos menos ambiciosos, ao menos no que toca à pretensão de aprofundamento informativo, este dicionário, ao contrário de outros, justifica a sua contenção com o objectivo de uma abordagem especializada, mas sintética. Bastaria, para o compreender, uma comparação de relance com o do Romantismo, que se orienta em sentido oposto, pretendendo, assim, Helena Buescu dar ao período em causa o relevo que ela acha merecido.

O facto de terem surgido, ao longo da segunda metade do séc. XX, vários dicionários de personagens é, certamente, uma consequência da implantação e do desenvolvimento dos estudos de narratologia a partir da década de 60 (e em plena utilização entre nós na década seguinte) nas metodologias de análise do texto narrativo. Fazendo-se sentir como útil instrumento de trabalho, este tipo de dicionário confirma e prolonga o estatuto canónico dos autores cujas personagens são objecto de dicionarização. É o caso do *Dicionário de Personagens da Novela Camiliana*, coordenado por Maria de Lurdes Ferraz, cuja «Apresentação» constitui por si um texto riquíssimo de reflexão teórica a que não falta um certo pendor ensaístico. Começa, em jeito de motivação e como processo desencadeador de uma resposta logo avançada, com uma interrogação: «O que é uma personagem?» E esta pergunta vai tendo uma resposta que diz, implicitamente, das tendências e da formação da sua autora, que então era também Professora de Teoria da Literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Maria de Lourdes Ferraz justifica a importância deste tipo de dicionário com o pouco interesse que esta categoria literária tem merecido e também com a necessidade de conformar o respectivo estudo aos novos contributos trazidos pela teoria literária do séc. XX. De forma

clara e muito lúcida, a autora sintetiza as posições teóricas sobre a questão, desde a designação de «personagens planas» e «redondas», proposta por Forster em 1927, à classificação da personagem quanto ao relevo, à sua relação com a classe social que representa, o que valeu a designação de personagem-tipo, à modelização semiótica de que é alvo ou os tipos de discurso em que se reconhece.

Quando tudo parecia, assegura a organizadora do volume, classificado e clarificado, continuaram a aparecer estudos a contestar linguagens teóricas e metodologias anteriores, como o de Shlomith Rimmon-Kenan, de 1983, «recordando apenas que faltava elaborar uma teoria *não redutiva e não impressionista* da personagem». Reconhecia, assim, acrescenta ela, «por um lado, a incapacidade que a teoria narratológica demonstrara até então relativamente ao problema da personagem e considerava, ao mesmo tempo, não encerrada a questão» (p. 12).

Propondo remexer no que «está não só arrumado, mas bem arrumado», justifica-se com a «irresistível curiosidade de perguntar», decorrente da «irresistível tentação de conhecer melhor» e com o facto de a instabilidade ser propriedade natural no campo de estudos em causa e do conhecimento em geral. Nesta «apresentação» sobre as personagens, rara nestes termos, para uma introdução de dicionário, a autora traça, enfim, o percurso histórico desta categoria narrativa, ao mesmo tempo que a define com os instrumentos que a teoria foi trazendo até ao presente. Neste aspecto, apresenta-nos de forma clara, inteligente e muito bem informada, o «estado da arte» e só depois se vai pronunciando num segundo ponto sobre as personagens de Camilo, para o estudo das quais servirão as considerações atrás explicitadas, tanto mais que a autora pretendeu, com o traçado do percurso evolutivo do estudo da personagem, tomar uma posição de equilíbrio que não fizesse das personagens meros «seres de papel» nem verdadeiras pessoas de carne e osso. Daí o objectivo norteador

do dicionário, a saber, que ao longo de todo ele se tenta mostrar precisamente «a arte/vida das personagens de Camilo, sujeitas que estão aos procedimentos discursivos do autor, aos seus delírios verbais ou à sua extrema contenção ficcional e, não menos importante, à empatia positiva ou negativa que por elas nutre» (pp.22-23).

Menos votado à teorização, mas afirmando a um outro nível a sua utilidade, extensiva, talvez, a um público menos especializado, é o *Dicionário de Eça de Queirós*, da responsabilidade de Campos Matos. Aqui se percebe, até pela formação do respectivo organizador, que a teorização literária não será um dos objectivos primeiros, destacando-se principalmente uma vertente minuciosamente informativa e de carácter ensaístico – como o são, aliás, todos os outros que têm vindo a ser mencionados, mas ancorados esses num mais visível suporte teórico.

À volta de um só autor, mas que domina toda uma galáxia onde residem outros, inventados ou não (porque a gigantesca dimensão da obra pessoana ultrapassa em muito os heterónimos), está o *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português* (Caminho, 2008), coordenado por Fernando Cabral Martins. À semelhança dos dedicados a Camilo ou Eça de Queirós, encontramos, uma vez mais, a recuperação, numa espécie de reposição da justiça após a proclamação da «morte do autor», dos considerados grandes vultos da literatura portuguesa. A ideia de dicionarizar o Modernismo fazendo-o girar à volta de Fernando Pessoa, explicada na «apresentação», corresponde à necessidade de contornar o difícil problema de organizar um dicionário apenas sobre aquele movimento. Assim, afirma Cabral Martins, «a centralização na figura de Fernando Pessoa veio resolver de várias maneiras o problema. Primeiro, dando-lhe o relevo capital que merece no contexto do Modernismo, qualquer que seja a sua definição, e oferecendo uma panorâmica múltipla de uma obra e de uma figura sem par» (Martins, 2008: 5). Caracteriza-se também pela

dimensão ensaística, reconhecida pelo organizador, e pela diversidade de pontos de vista, concedida que foi a liberdade a cada autor para fazer uma leitura não condicionada da obra pessoana.

Não pode ser esquecido, nesta era tecnológica e neste tempo em que o suporte de papel tem outros concorrentes ou adjuvantes, os dicionários electrónicos que encontramos, a par de muitas outras publicações disponibilizadas, elaborados por docentes universitários e por equipas de investigação. É este um processo já adoptado para as revistas de carácter científico, conhecendo muitas delas uma versão em papel e outra electrónica e havendo mesmo outras apenas em suporte digital, de que *Ciberkiosk*, organizada por Osvaldo Manuel Silvestre, Américo Lindeza Diogo, Fernando Matos Oliveira, António Apolinário Lourenço e Pedro Serra foi, ao tempo do seu aparecimento, reconhecida entre nós como interessante experiência inovadora.

Publicações desse teor (dicionários e enciclopédias, para o que presentemente nos interessa) constituem um modo de disponibilizar aos estudiosos instrumentos de grande utilidade e longo alcance. No estrangeiro, conhecem-se vários exemplos e Portugal já conta também com o *E-Dicionário de Termos Literários*, da responsabilidade de Carlos Ceia, seu editor e organizador.

O responsável por este dicionário, mostrando-se ciente de que ele é, até pelo seu suporte, diferente dos demais, explicita na breve apresentação a ideia de que o mesmo é inovador não apenas na forma como também nos conteúdos, visando acrescentar informação ao que já estava anteriormente feito. E acrescentar informação significa, não apenas a actualização de termos conhecidos, como também «a inclusão de termos não dicionarizados ainda em nenhuma outra língua». Assume também a sua diferença no tocante às respectivas entradas, que, em comparação com os outros mencionados, opera uma notória restrição, a da exclusão de autores para albergar tão-só termos literários.

Sendo patente a ambição de um projecto desta natureza, é igualmente visível o modo como ele assume uma outra sua diferença, decorrente do suporte escolhido, que faz dele um *work in progress* e não um trabalho conclusivo. É assim que, à «apresentação» e à «descrição», se segue uma nota a informar que a lista de colaboradores se encontra em construção, declarando o seu responsável disponibilidade para actualizações e correcções, nomeadamente decorrentes de posteriores críticas a que voluntária e conscientemente se expõe. Trata-se aqui de um novo expediente a que este suporte se presta.

No campo teórico em que se situa, e até pelo carácter inacabado assumido na abertura, tal disposição é consentânea não só com o suporte utilizado como também com a metodologia organizativa do mesmo dicionário e com a pesquisa que lhe foi dando origem. Neste sentido, ele revela — o que os outros pressupõem sem o dizer — que na área de conhecimento em apreço o normal é a não-exaustividade e a contínua necessidade de repensar o que diariamente se vai construindo. Será assim com as outras modalidades críticas, teóricas ou histórico-literárias, mas o facto de um dicionário ou uma enciclopédia pretenderem disponibilizar informação sintética e rigorosamente actualizada obriga a redobrados cuidados como última palavra que se deseja, sabendo-se embora que nunca o será verdadeiramente. O «estado da arte» por ela se afere em cada momento e as últimas décadas deixaram-nos, na esteira do que se faz em vários países estrangeiros, pistas válidas neste sentido.

O dicionário de Carlos Ceia tem ainda a particularidade de aceitar colaboração não directamente solicitada e oferece, portanto, espaço a quem desejar «colaborar no projecto e redigir alguns dos verbetes em aberto». Aparentemente, ao contrário do habitual em tais circunstâncias, poder-se-á induzir que estarão afastadas quaisquer exigências de ordem científica ou académica ou então pressupor-se-á que

só quem tenha as devidas credenciais se atreverá a responder ao solicitado. A lista de colaboradores, onde figuram nomes de conhecidos universitários portugueses e brasileiros, alguns versando temas que constam já de outras publicações suas ou de áreas em que são conhecidos como especialistas, faz-nos, porém, crer que não se tratará de mero trabalho de voluntariado (embora seja, como já alguém disse para a wikipédia, tarefa de «bom samaritano», quer pelos propósitos quer pela gratuidade da tarefa, onde a trabalho não remunerado corresponde acesso gratuito), mas que tenha havido, da parte do organizador, uma distribuição criteriosa de certos temas por autores com perfil para os tratar.

Seguindo o exemplo de outros com igual designação, alguns com décadas de existência, este dicionário prossegue na tendência de fornecer aos estudiosos (e, certamente, aos alunos universitários) uma metalinguagem teórica útil e generalizada, ao mesmo tempo que se assume como um complemento, por aquilo que deseja acrescentar aos existentes.

Instrumento de trabalho com idêntica finalidade, mas com outra orientação e de maior envergadura, é aquele que nos dá os estudos literários em forma de enciclopédia, como também se verifica no estrangeiro. É, as mais das vezes, de ampla temática, mas pode, num intuito de aprofundamento especializado, ser dedicado a um tema único ou a um determinado género, como acontece com uma enciclopédia de língua inglesa sobre o ensaio. Entre nós, é a forma mais comum de enciclopédia, a de múltipla temática, que estrutura a *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*.

O facto de esta enciclopédia incluir todas as literaturas de língua portuguesa diz-nos implicitamente de uma notável evolução em Portugal nas últimas décadas do séc. XX, começada verdadeiramente após a Revolução de Abril de 1974 e relacionada com o problema do cânone. Se, sintomaticamente, o dicionário da responsabilidade

do Professor Jacinto do Prado Coelho só incluía a literatura brasileira e a literatura galega (o que já denota, atendendo à data da sua publicação, uma largueza de horizontes culturais), ter-se-á como explicação para a não inclusão de autores africanos, num tempo em que até eles eram portugueses, o estatuto que as literaturas africanas, mal conhecidas e não estudadas nas universidades portuguesas, então (não) detinham. Está agora, assim, em causa o problema do reconhecimento a partir da academia, que desempenha um importante papel na formação do cânone. A abertura que se veio a verificar no seio das Universidades logo após a Revolução de Abril foi a responsável pela inclusão nos currículos de autores que dantes não entravam no ensino superior e muito menos no secundário.

Pensar nesta abertura após a descolonização dos países africanos é não só reconhecer a dignidade dessas literaturas ditas emergentes como também cumprir o desiderato de unir pela língua aquilo que territorialmente fora desagregado. É, enfim, colocar ao lado das duas literaturas canónicas e de indiscutível prestígio, a portuguesa e a brasileira, aquelas que até aí haviam tido um estatuto menor e dar expressão cultural em forma de enciclopédia à Comissão dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Isso não impede, todavia, que ela acuse ainda o nosso passado histórico-cultural, no modo como implicitamente distingue o que já está inequivocamente consolidado nas literaturas portuguesa e brasileira e o que está em vias de legitimação, o que o foi num passado recente ou o que não se afirmou ainda como tradição. É este facto testemunhado nas entradas que especificam certos tópicos apenas comuns a Portugal e ao Brasil, como a «ficção científica», o «conto», a «crítica literária», geralmente assinados (com excepção desta última, onde constam três nomes, o de Osvaldo Silvestre para uma primeira parte de carácter teórico, o de José Augusto Cardoso Bernardes para a crítica literária em Portugal e o de Gladstone Chaves de Melo para a do Brasil) por dois autores, um português e um brasileiro.

Bíblōs, em cinco volumes, e fazendo jus ao género enciclopédico, é abrangente nos seus conteúdos, procurando abarcar obras e autores – portugueses, brasileiros e dos países africanos de língua oficial portuguesa –, mas é mais do que isso. É verdadeiramente uma obra que, apesar do título, não tem por objecto apenas um conjunto de literaturas nacionais de índole diversa, unidas pela língua-mãe. Os verbetes que ela integra respeitam, efectivamente, não apenas a autores de textos literários, mas a intelectuais dos vários países incluídos: críticos literários, teorizadores e historiadores da literatura e ensaístas. Enfim, uma enciclopédia interessada no campo dos estudos literários, que não apenas na literatura, ou então na literatura como instituição, onde cabem as outras actividades intelectuais que ela abrange.

A «Apresentação», que não chega a ocupar duas páginas inteiras, é, na sua eloquente síntese, rigorosamente indicativa dos seus propósitos e deixa, desde logo, clara a ideia de que esta enciclopédia das literaturas não o é num sentido restrito, porquanto estende o seu âmbito aos textos que a estudam concedendo ainda espaço a noções mais especificamente ligadas à linguística e à teoria do texto. Aliás, seguindo uma tendência muito cara ao nosso tempo, não esconde uma vontade de relação interdisciplinar, apesar de alicerçada em sólida disciplinaridade. Desenvolvendo a frase inaugural («Quando o Verbo se fez arte surgiu a Literatura»), dá logo a entender, mencionando a criação literária, mas também «a fruição dos seus resultados e o juízo crítico sobre eles enunciado», que este Verbo feito literatura tem fortes implicações em vários outros usos verbais. Quer ser «uma obra de referência, capaz de facultar uma informação segura e cientificamente fundamentada acerca das Literaturas de Língua Portuguesa, contemplando todas as componentes do fenómeno literário, designadamente a História, a Teoria e a Crítica Literárias». E, com efeito, trata-se de uma obra fundamental, tanto pelos verbetes que integra sobre autores, obras e períodos literários como pelos termos

e conceitos literários que apresenta de forma desenvolvida. Anote-se, a título de exemplo, os consagrados ao «texto», que beneficia das teorias desenvolvidas ao longo do séc. XX no domínio da semiótica e das teorias do texto em geral, aos actos de linguagem na sua relação com a teoria da literatura, à desconstrução, à «ciência da literatura», à vanguarda, à noção de «estranhamento», tal como nos chegou do formalismo russo ou da dramaturgia brechtiana, ou ainda o neologismo *estória* oposto a *History*, distinção frequente na narratologia das décadas de 60 e 70 do século passado.

Reúne, pois, em si, na sua extensão e sua capacidade englobante, características de dicionário especializado e de enciclopédia de carácter literário-cultural, a que não falta – possível ressonância das estreitas relações estabelecidas pela semiótica e pela narratologia dos anos 60 e 70, entre estudos da literatura e estudos da linguagem – uma acentuada componente linguística. A própria palavra «dicionário», da autoria de Graça Rio-Torto, faz aí a sua entrada, sendo ele entendido como «elemento de fundamental importância para a formação, evolução e aprendizagem dos códigos linguístico e retórico-estilístico» e como «parte essencial do código literário».

Do ponto de vista da recepção, não pode deixar de ser assinalado o facto de haver entradas exclusivamente dedicadas a autores estrangeiros, agora numa perspectiva da sua recepção no nosso país, como Charles Dickens ou Shakespeare, cuja entrada se estende por cerca de doze colunas e meia.

Tendo sido concluída em 2005, esta enciclopédia constitui, sem dúvida, um excelente ponto de chegada e um balanço dos estudos literários em Portugal no fim do séc. XX e início do XXI. Não importa, para o caso, um olhar crítico sobre o que foi feito e o que poderia tê-lo sido e não foi ou indagar – atitude frequente na comunidade de leitores especializados e a que ela também se presta – das inescapáveis lacunas. Como olhar actualizado sobre o estado dos estudos lite-

rários, num tempo em que a informação nos entra abundantemente em casa e nos faculta uma partilha, nomeadamente bibliográfica, sobre o que se passa na comunidade científica e intelectual, a enciclopédia em causa veio ocupar um lugar de relevo na especificidade do seu género. Afirmar-se, aliás, bem do seu tempo não só pela informação que, como enciclopédia, acrescenta aos dicionários, sobretudo no âmbito da teoria, da crítica e da história literárias, como também pela linguagem teórica e crítica dos seus colaboradores.

Um eficaz indicador destas questões é também o facto de vários colaboradores, de nome reconhecido, que já circulavam pelos vários dicionários também se fazerem representar na *Biblos* com verbetes de assinalável relevo em qualquer dos domínios por que se reparte o respectivo conteúdo. Não sendo, aliás, da responsabilidade de um único organizador, mas de cinco professores universitários (José Augusto Cardoso Bernardes, Aníbal Pinto de Castro, Maria de Lourdes A. Ferraz, Gladstone Chaves de Melo e Maria Aparecida Ribeiro), cujo trabalho revela tendências diversas, umas mais voltadas para a teoria, outras para a história ou a crítica literárias, percebe-se a preocupação de uma abordagem bastante alargada, a um nível enciclopédico, que se quer especializado, dos temas incluídos.

O desígnio que preside a esta publicação faz-nos pensar que, movendo-se nos domínios integrados, com maior ou menor amplitude, nos vários dicionários seus contemporâneos, a *Biblos*, tendo afinidades com eles, quer ir mais além, fornecendo aos seus leitores um instrumento mais completo e de âmbito mais alargado, pelo que nela a indicação de «língua portuguesa» é meramente indicativa, não excluindo, como se viu, a possibilidade de a «língua portuguesa» mostrar as suas relações interculturais e de intertextualidade literária com outras línguas.

Interessante ainda será mencionar o *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Ed. Caminho, 1993), da responsabi-

lidade de dois autores italianos, Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani, que reparte, assim, o seu justificado interesse por duas literaturas de raízes comuns. Acrescente-se ainda, como nota, o interesse na contemporaneidade por um dicionário desta natureza, que vem ocupar um importante espaço no contexto actual, atendendo ao reduzido peso dos estudos medievais no seio da Universidade de hoje. Como preservação de uma memória literária – que o mesmo é dizer, do cânone, em sentido forte – e como manancial de informação para os não especialistas nesta área, ocupa um lugar não tangencial aos outros a que temos vindo a dar atenção. Devolve-nos, além disso, um conhecimento que, saído parcialmente da literatura nacional, vem filtrado e certamente enriquecido por dois olhares de fora, mas perspectivado de dentro, pela sua reconhecida relação com a literatura medieval portuguesa.

É, como habitual e lógico, no prefácio, texto de entrada no volume, que são lançadas as linhas definidoras do mesmo. Preside-lhe a ideia de novidade, acentuada no adjectivo «novo» repetido logo no 1º parágrafo. Aí se refere «um novo dicionário» e a oferta aos utilizadores de «um novo instrumento de consulta». Também se faz menção ao incómodo resultante de uma transformação em sincronia (entradas por ordem alfabética como critério único e certamente inevitável) daquilo que é necessariamente complexo na sua diacronia. Por outras palavras, escrevem os organizadores, a literatura não admite, pela sua própria natureza de fenómeno histórico-cultural e pela complexidade da sua estrutura, uma classificação alfabética definitiva e satisfatória de todos os seus aspectos nem aceita facilmente ser enclausurada nas categorias relativamente exíguas de um dicionário (Lanciani e Tavani, 1993: 7).

Nessa pretensa novidade, figura também, no dizer dos autores, a inclusão de entradas menos comuns num dicionário deste tipo: «Autor»; «Bilinguismo/plurilinguismo na poesia lírica», «Livro»,

«Manuscritos», «Tipografia», etc. Ficando-nos a dúvida sobre se a expressão «dicionário deste tipo» se reporta a dicionário de literatura medieval ou tão-só a qualquer dicionário de literatura, esta indicação de novidade é significativa, precisamente pela época que o mesmo pretende abranger e que se estende por três séculos, sendo o *Cancioneiro Geral* seu termo *ad quem*. Se, pressupondo que se trata de uma designação limitada a um dicionário de literatura medieval, faz sentido esta chamada de atenção para assuntos como «autor» e «livro», cuja importância e definição, tal como hoje os conhecemos, não poderiam ser concebidos no arco temporal a que o dicionário se reporta. Todavia, se os entendermos à luz do nosso tempo, notamos que o *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* – como os outros do seu tempo e do nosso tempo –, olha para o passado com os modernos instrumentos postos à sua disposição na época em que vivemos, o que significa que o mesmo *corpus* se revela também «movediço», por muito estável que, enquanto herança cultural canonizada, se nos afigure ser. Tal indica que, se por lado o cânone constitui um factor de relativa estabilidade, por outro, o tempo se encarrega de o desestabilizar, em maior ou menor grau, porquanto novas formas de abordagem deslocam as leituras e tornam diferente o mesmo, apesar de, como observa Frank Kermode, ser também «o controlo institucional das interpretações» responsável pela permanência das obras no cânone e pela sua difusão.

Retomando a noção de autor, bem paradigmática dos actuais estudos teóricos do presente, uma comparação se nos oferece com a correspondente entrada no dicionário do romantismo – da máxima importância, pelo relevo que esta entidade adquire nesse período literário –, e com o dicionário de narratologia ou com o riquíssimo texto de Maria de Lourdes Ferraz atrás referido. Se um dicionário de Literatura Medieval só poderia registar um conceito de autor preso ao tempo que lhe corresponde, segundo um legado retórico em que

a *inventio* se liga inextricavelmente à memória e em que as Musas, descendentes de Mnemósine, desempenhavam um papel fundamental (Finazzi-Agrò, in Lanciani e Tavani, 1993: 75), sem a consciência de génio criativo ou de propriedade literária, ela sinaliza, na entrada «Autor», da responsabilidade de E. Finazzi-Agrò, em breve alusão final, o que terá vindo a ser acrescentado, ao afirmar que «só muito lentamente, e só como consequência da “reproduzibilidade técnica”» (referência, embora sem o mencionar, ao famoso texto de Walter Benjamin), «se assistiu a uma maturação radical da noção de autor, associada a um novo sentido da invenção e da propriedade literária» (*ibid*).

Não surpreende que um trabalho colectivo (48 colaboradores) desta envergadura, como é de norma, traga implicitamente no seu seio uma multiplicidade de modos de abordagem, heterogéneos, por força. Os organizadores acharam, todavia, por bem sublinhar essa heterogeneidade, justificando-a com a liberdade concedida a cada autor dos verbetes, produtiva na medida em que mostra aos utilizadores a variedade de opiniões.

Indicativo dos novos tempos é, finalmente, o aparecimento de dicionários de literatura infantil, uma área que nas últimas três décadas tem conhecido um franco desenvolvimento e consolidado a sua presença nas Escolas dos vários níveis de ensino. Assinala-se, entre outros, o *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, de António Garcia Barreto (2002). É um dicionário de autor único, sensibilizado para essas questões, dado que assina também textos literários e ensaios sobre literatura infantil. Sabendo-o específico no seu género, Garcia Barreto esclarece em «nota prévia», o habitual lugar propício a estes esclarecimentos, o conteúdo do dicionário, o qual engloba, a par de «expressões ou temas relativos à literatura infantil portuguesa» (Barreto, 2000: 7), verbetes sobre ilustradores, banda desenhada, especificamente voltados para a mesma.

Dicionários e enciclopédias têm-se revelado, portanto, nas últimas décadas do século XX e primeira do século XXI, como um meio de preencher lacunas, ao mesmo tempo que constituem uma não desprezível fonte de informação sobre o «estado da arte». Serão ainda uma forma de *disciplinar* uma proliferação informativa necessitada de triagem para que, sem se abdicar do rigor científico que deve assistir-lhe, ela se torne mais acessível à leitura.

Se publicações desta natureza oferecem necessariamente uma perspectiva plural, ao mesmo tempo que deixam normalmente explícitos, como se pôde testemunhar, os seus princípios orientadores, elas dão-nos, por outro lado, a ideia de que um dicionário constitui um lugar de pacificação e de unificação do diverso. Ao contrário da multiplicidade de teorias quer de autoria individual quer de múltipla autoria, que nos dizem que um consenso no campo das teorias nem sempre é possível, tão-pouco pretendido, o dicionário não visa alimentar discussões desta natureza. Parece, ao contrário, apresentar *pacificamente* o estado da questão, em cumprimento dos objectivos que os organizadores se propõem e das entradas a que ele dá guarida – respeitando a liberdade dos respectivos colaboradores, é certo, mas – salvo raras excepções, que também existem –, na medida em que estes se submetam à orientação geral da obra. E, aspecto não negligenciável em qualquer deles, pressupondo que o leitor, a quem no último século foi concedida a importância que se sabe, reconhecendo-lhe a estética da recepção e outras teorias da leitura um papel fundamental na interpretação do texto literário, precisa ainda destes instrumentos de carácter sintético e enciclopédico como adjuvantes da sua actividade de leitura. Por eles ficará, afinal, ciente do «estado da arte».

REFERÊNCIAS

- BARRETO, António Garcia (2000), *Dicionário de Literatura Infantil Portuguesa*, Porto, Campo das Letras.
- BERNARDES, José Augusto Cardoso, CASTRO, Aníbal Pinto de, FERRAZ, Maria de Lourdes A., MELO, Gladstone Chaves, RIBEIRO, Maria Aparecida, org. (1995-2005). *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, 5 vols, Lisboa/São Paulo.
- BUESCU, Helena Carvalhão, org. (1997), *Dicionário do Romantismo Literário Português*, Lisboa, Caminho.
- CABRAL, M. Pires, org. (1989), *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Caminho.
- CEIA, Carlos (org.), *E-Dicionário de Termos Literários* (www.edtl.com.pt).
- COELHO, Jacinto do Prado, org. (1960), *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira*, Porto, Liv. Figueirinhas; 2ª ed. (1971): *Dicionário de Literatura. Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Galega, Estilística Literária*.
- FERRAZ, Maria de Lurdes, coord. (2002), *Dicionário de Personagens da Novela Camiliana*, Lisboa, Caminho.
- LANCIANI, Giulia, TAVANI, Giuseppe (1993), *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho.
- MACHADO, Álvaro Manuel, org. e dir. (1996), *Dicionário de Literatura Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença.
- MARTINS, Fernando Cabral, coord. (2008), *Dicionário de Fernando Pessoa e do modernismo português*, Lisboa, Caminho.
- MATOS, A. Campos, org. e coord. (1988), *Dicionário de Eça de Queirós*, Lisboa, Caminho.
- REIS, Carlos, LOPES, Ana Cristina Macário (1987), *Dicionário de narratologia*, Coimbra, Almedina.

ABSTRACT

The analysis of the most important literature, characters or literary terms' dictionaries, as well as of the *Biblos*, *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, published in Portugal throughout the 20th century and the first decades of the 21st, allows one to reflect over “the state of the art”, which can then lead to inferring from a knowledge shaped as a *peaceful summary* of what, in other places, leads to disagreements. A clear example of that is the multitude of “theories of literatures”, following different trends, which the previous century left us with.